

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Movimento sufragista feminino no Brasil:
texto didático e estratégias de leitura no ensino de História**

ANA KAROLINY AGUIAR RODRIGUES

**BRASÍLIA/ DF
2024**

ANA KAROLINY AGUIAR RODRIGUES

**Movimento sufragista feminino no Brasil:
texto didático e estratégias de leitura no ensino de História**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

BRASÍLIA/ DF

2024

Movimento sufragista feminino no Brasil: texto didático e estratégias de leitura no ensino de História

RESUMO: Este artigo discute os resultados de um experimento de produção e aplicação de um texto didático em aulas de História para estudantes de três turmas de 9º ano de Ensino Fundamental de uma escola pública do Recanto das Emas no Distrito Federal. Com o objetivo de reconhecer e valorizar o protagonismo político das mulheres na História do Brasil, promovendo em sala de aula questionamentos e reflexões sobre os direitos das mulheres no passado e no presente, o texto didático – produzido a partir de pesquisa historiográfica, de orientações curriculares e de estudos recentes no campo do ensino de História, – teve como tema o movimento sufragista feminino brasileiro do início do século XX. Metodologicamente, a aplicação deste texto em sala de aula se baseou nas “estratégias de leitura” delineadas por Isabel Solé (1998) com o objetivo de desenvolver a leitura, interpretação e debate crítico da História.

PALAVRAS-CHAVE: texto didático; leitura; ensino de História; mulheres; sufragismo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos e discutimos os resultados de uma experiência de produção de texto didático e sua aplicação no ensino de História. Trata-se de uma experiência desenvolvida durante o estágio supervisionado realizado no 8º semestre do curso de licenciatura em História, em três turmas do 9º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública situada na região do Recanto das Emas, uma área periférica de Brasília. A infraestrutura da escola era precária, com salas de aula quentes, escuras e sem recursos tecnológicos, exceto por um projetor que era compartilhado entre os professores. As mesas e cadeiras eram visivelmente desgastadas e antigas. Embora as salas possuíssem janelas para ventilação, não havia ventiladores ou ar-condicionado para amenizar o calor. As turmas participantes eram compostas por

estudantes moradores da região, em sua maioria na faixa etária de 14 a 15 anos, apresentando variações no nível de atenção durante a aplicação do texto didático.

A escolha do tema do texto didático, o movimento sufragista feminino no Brasil, partiu das pesquisas desenvolvidas durante o Estágio Obrigatório Supervisionado. Durante as observações em sala de aula notamos a ausência ou pouco protagonismo das mulheres na História, bem como a falta de tratamento das questões gênero nos livros didáticos. Com a ampliação dos direitos sociais para grupos politicamente marginalizados, como as mulheres, a luta pela incorporação do debate sobre gênero e história das mulheres se tornou um campo de disputas ideológicas e políticas, devido ao seu caráter social. Foi observado que o estudo da história das mulheres na educação básica na escola onde realizamos o Estágio, era pouco presente e, quando abordado, as mulheres eram incluídas de maneira isolada, tratadas como complemento ou apêndice de uma história geral considerada mais “importante”, onde a presença das mulheres, tanto coletiva quanto individualmente, é raramente reconhecida de forma significativa.

No campo educacional é crucial selecionar materiais que promovam a cidadania e a igualdade de gênero, superando uma abordagem superficial ou meramente complementar à história geral. Embora tenha havido certos avanços na incorporação da história das mulheres nos livros didáticos nas últimas décadas, ainda é comum encontrar conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas nestes materiais. A inclusão isolada do protagonismo feminino pode continuar perpetuando a discriminação, mantendo as mulheres como figuras secundárias e sem reconhecimento na história. Além disso, os livros didáticos frequentemente servem como veículos ideológicos, refletindo os interesses dos grupos sociais dominantes e perpetuando a visão tradicional de homens como sujeitos dominantes e mulheres associadas apenas aos espaços domésticos, da maternidade ou do cuidado do outro. Portanto, ao escolher um tema para o texto didático partimos do princípio de que é fundamental assegurar que a história das mulheres seja integrada de maneira significativa e contínua nos currículos escolares, destacando sua importância histórica e promovendo uma visão mais equitativa e inclusiva da história.

O tema – movimento sufragista feminino no Brasil – selecionado para a produção de um texto didático se enquadra nas prescrições da BNCC (2018) para o ensino de História no 9º ano do Ensino Fundamental, especificamente na unidade

temática sobre o nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX. Dentro dessa unidade, os objetos de conhecimento incluem o “anarquismo e o protagonismo feminino” e se ligam ao desenvolvimento das habilidades EF09HI08 e EF09HI09: a primeira coloca como fundamental, à primeira vista, identificar as transformações ocorridas no debate sobre questões de diversidade no Brasil durante o século XX, compreendendo o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema; a segunda habilidade objetiva que os estudantes relacionem as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais (BRASIL, 2018). Assim, o tema promove uma compreensão crítica e reflexiva sobre o papel dos movimentos sociais e das mudanças na percepção da diversidade ao longo do século XX no Brasil.

Ensinar história das mulheres e do movimento sufragista feminino é fundamental para uma compreensão das conquistas de direitos políticos em todo o mundo. Ao trazer essa temática para a sala de aula podemos colaborar com a inserção da presença feminina na história, rompendo com os silêncios e preconceitos sobre a atuação histórica das mulheres, mas também promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada do passado, a partir da perspectiva de diferentes grupos sociais. A história das mulheres muitas vezes foi negligenciada ou marginalizada em narrativas históricas dominadas por figuras masculinas. No entanto, ao explorar essas histórias podemos revelar que as mulheres desempenharam papéis significativos em todos os aspectos da sociedade ao longo do tempo, desde o âmbito familiar até o político, do econômico ao cultural. Ensinar sobre esses papéis desafia estereótipos de gênero arraigados, oferecendo uma visão mais complexa e diversa da experiência humana no tempo.

Um exemplo emblemático do protagonismo das mulheres está na luta do movimento sufragista feminino do início do século XX no Brasil. Este movimento de luta pelo direito das mulheres ao voto ganhou força no início do século XX na Europa e EUA, no contexto das lutas pela igualdade de direitos políticos das mulheres. No Brasil, esse direito foi conquistado em 1932, após décadas de mobilização e resistência lideradas por mulheres como Bertha Lutz, Leolinda Daltro, dentre outras. O sufragismo não foi apenas uma campanha por um direito legal, mas também uma demanda por reconhecimento social e político igualitário das mulheres.

Ensinar sobre o movimento sufragista oferece aos estudantes uma compreensão do ativismo político e da luta por direitos civis, além de evidenciar como as mulheres desafiaram normas sociais e políticas, muitas vezes arriscando suas reputações e segurança pessoal para garantir mudanças significativas na sociedade. Esses exemplos inspiram uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e os desafios enfrentados nas lutas, ainda no tempo presente, pela ampliação dos direitos políticos de diversos grupos sociais.

Apesar da relevância desse tema, nos livros didáticos as mulheres ainda são representadas de maneira problemática, especialmente quando se trata de acontecimentos que envolvem violência de gênero (OLIVEIRA, 2019). A predominância de uma visão vitimizadora e inferiorizadora das mulheres tende a reproduzir as concepções de gênero tradicionais fundadas na oposição e binariedade hierárquica entre homens e mulheres, promovendo modos de subjetivação das mulheres como seres frágeis, passivos, despolitizados e dependentes dos homens. No ensino de história, essas representações tendem a subestimar o impacto e a importância das mulheres na formação das sociedades, sobretudo na transformação das ideias políticas e sociais.

Estudar a história das mulheres e compreender a importância do movimento pelo voto feminino é crucial também para cultivar o pensamento crítico entre os estudantes, por diversas razões. Em primeiro lugar, isso permite reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres ao longo da história, frequentemente omitidas ou minimizadas nas narrativas históricas tradicionais. Ao aprenderem sobre essas experiências e lutas, os estudantes não apenas ampliam seu entendimento do passado, mas também se capacitam para questionar e desafiar desigualdades estruturais ainda persistentes na sociedade contemporânea.

Partindo disso, o tema selecionado para elaboração do texto didático foi a história das mulheres na luta pela conquista do direito ao voto no Brasil do início do século XX. A análise dessa temática é de extrema relevância, pois permite compreender não apenas a história dos direitos políticos das mulheres, mas também os desafios enfrentados por elas ao longo do tempo na busca por igualdade e participação na esfera pública. Ao investigar o sufrágio feminino, somos confrontados com narrativas de resistência, mobilização e superação de obstáculos sociais, políticos e culturais

profundamente enraizados. O estudo desse movimento oferece-nos também *insights* valiosos sobre o papel das mulheres na construção da democracia, destacando suas contribuições históricas para a ampliação da cidadania e o fortalecimento dos princípios democráticos em sociedades ao redor do mundo.

A pesquisa para a produção do texto didático envolveu uma revisão bibliográfica abrangente, com consulta a obras de referência sobre a história da luta pelo direito político das mulheres no Brasil. Dentre elas, se destacam os trabalhos de Mônica Karawejczyk (2014) e Rachel Soihet (2000), que forneceram uma base sólida para compreender o contexto histórico, os eventos-chave e as estratégias empregadas pelo movimento sufragista feminino, partindo de uma abordagem que rompe com os silenciamentos da história tradicional.

O artigo de Mônica Karawejczyk (2014), “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro”, explora a trajetória de Leolinda Figueiredo Daltro, uma das pioneiras do movimento sufragista no Brasil e fundadora do Partido Republicano Feminista (PRF). Assim, destaca a importância de Daltro no contexto do feminismo pátrio, ressaltando que ela é menos lembrada em comparação a Bertha Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Leolinda Daltro nasceu em 1859 na Bahia e destacou-se por seu interesse em alfabetizar populações indígenas, almejando integrá-las à sociedade. Ela percebeu que a exclusão política e social baseada no sexo era um impedimento para suas ambições, levando-a a se engajar na luta política. Daltro fundou o jornal “A Política” em 1910 e tornou-se uma figura associada ao sufragismo militante, comparada à líder suffragette inglesa Emmeline Pankhurst.

O movimento sufragista no Brasil, ao qual Daltro foi uma figura importante, enfrentou forte resistência política e social da sociedade da época. Entretanto, em 1927, no Rio Grande do Norte, houve um avanço com a inclusão do sufrágio feminino nas disposições legais do estado, sendo Celina Guimarães Viana a primeira mulher eleitora de que temos notícias. A luta pelo sufrágio feminino no Brasil culminou com a aprovação do Código Eleitoral de 1932, que finalmente garantiu o direito de voto às mulheres.

O artigo de Karawejczyk (2014) nos forneceu uma das bases bibliográfica para a construção do texto didático. Trata-se de um artigo que traz importante contribuição para a historiografia feminista brasileira, ao resgatar a figura de Leolinda Daltro e seu papel crucial no movimento sufragista. O reconhecimento de Daltro como pioneira do movimento sufragista no Brasil, permite uma compreensão mais ampla e diversa das lutas das mulheres no país. A partir disso, a autora destaca como Daltro enfrentou preconceito e incompreensão, mas sua persistência abriu caminho para as conquistas futuras,

Ao resgatar a história dessa mulher também se pode compreender alguns aspectos referentes à história dos gêneros, masculino e feminino, nos anos iniciais da República no Brasil, no sentido de que, em qualquer grupo social e período histórico, as definições do papel de cada um dos gêneros resultam de padrões e de embates culturais, e não de determinações biológicas, tal como apresentado por Joan Scott (2008) (Karawejczyk, 2014, p. 66).

Karawejczyk (2014) também destaca a importância de reconhecer a diversidade dentro do movimento sufragista feminino, considerando entre suas líderes, por exemplo, Leolinda Daltro e Bertha Lutz, as diferenças sociais, de classe e de posicionamentos políticos entre as mulheres.

Outra fonte relevante para a elaboração desse texto didático foi o artigo “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”, onde Rachel Soihet (2000) explora a trajetória de Bertha Lutz e seu papel na conquista de direitos para as mulheres no Brasil. Educada na Sorbonne e influenciada pelo feminismo inglês e francês, Lutz voltou ao Brasil com a missão de contribuir para a causa feminina. Tornou-se a segunda mulher a assumir um cargo público no país ao ser admitida no Museu Nacional.

Soihet destaca o papel da imprensa feminina que emergiu com “O Jornal das Senhoras” em 1852, seguido por outros periódicos como o de Josefina Álvares de Azevedo, que defendia o abolicionismo e o feminismo. Durante o século XIX, a educação das mulheres brancas e das classes sociais mais privilegiadas visava principalmente prepará-las para o lar, enquanto os homens (também brancos e das classes privilegiadas) se preparavam para o trabalho público e cursos superiores. Em

1890, Azevedo também defendia o direito ao voto e ao divórcio, criticando a indissolubilidade do casamento.

Soihet (2000) nos revela o posicionamento de Bertha Lutz que adotou um feminismo moderado, focando no acesso aos direitos políticos como essencial para garantir outras liberdades. Lutz acreditava que o direito ao voto feminino, aprovado por decreto em 1932 e confirmado pela Constituição de 1934, era crucial para a mudança social.

O feminismo de Lutz evitou confrontos diretos com os homens, mantendo uma postura conciliadora que não desafiava diretamente a dominação sexual, buscando transformar as mulheres em colaboradoras ativas dos homens. Essa estratégia foi criticada por estudiosos como Branca Moreira Alves, que argumentava que a ênfase no papel das mulheres como mães e colaboradoras não alterava significativamente sua condição. Apesar das críticas, Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) contribuíram para fortalecer a nova ordem burguesa e alcançar alguns direitos. Lutz também apoiava outras causas, como a redução da carga horária de trabalho e a criação de creches (SOIHET, 2000). A moderação no feminismo de Lutz e a adaptação das táticas ao contexto da época podem ter facilitado a aceitação do sufrágio feminino. Lutz acreditava que a prática legislativa feminina seria fundamental para a mudança social, e sua atuação foi além do sufrágio, promovendo a criação de associações de classe e apoiando diversas lutas sociais (SOIHET, 2000).

A partir das reflexões propostas pelos artigos mencionados acima, dentre outros, o texto didático foi produzido também com o intuito de promover em sala de aula discussões educativas sobre a igualdade de gênero, a desconstrução de estereótipos de gênero, as relações de poder e a importância do voto como ferramenta fundamental para a democracia e cidadania, incentivando os estudantes a se engajarem ativamente na política e na defesa de seus direitos. Conhecer a história de luta das mulheres pelo direito ao voto também pode inspirar os estudantes a valorizar e defender os direitos democráticos e a participação política como ferramentas para a promoção de mudanças sociais, tendo em vista a construção da equidade de gênero.

Em sala de aula, o texto didático foi distribuído entre os estudantes e cada um recebeu uma cópia impressa e colorida do material. O material, composto por três páginas, incluía imagens e textos. As imagens apresentavam jornais da época que

ironizavam o voto feminino, além de um mapa mostrando a evolução do voto feminino no mundo e de fotografias das principais lideranças do movimento. A construção desse material envolveu pesquisa e leitura de fontes historiográficas. Após o processo de exploração destas fontes, foi de suma importância considerar alguns parâmetros adequados ao currículo, atentando para a “legibilidade e inteligibilidade apropriados ao público-alvo” e aos elementos gráficos como as imagens utilizadas, os quais devem seguir “uma estrutura de organização adequada à aprendizagem; e, sobretudo, [...] servir de instrumento auxiliar de ensino/aprendizagem” (MUNAKATA, 1997 p.100). Como bem assinala Circe Bittencourt,

A escrita de um texto didático requer cuidados, por se tratar de uma produção adulta destinada a um público de outra faixa etária e outra geração. A terminologia empregada não pode ser complexa, mas requer precisão nas informações e nos conceitos. Da mesma forma, as explicações não podem ser extensas, devendo ser *simples sem simplificar* (2008 p. 314).

Outros estudiosos do campo do ensino de História falam de elementos fundamentais que precisam ser considerados na produção de textos didáticos, compreendendo que a “historiografia didática não pode mais restringir-se a uma exposição meramente descritiva dos acontecimentos históricos e, tampouco, prender-se à reprodução e memorização dos conteúdos” (MANKE; SILVA, 2022 p. 92). Como bem atenta Manke e Silva, na construção de um material didático é importante considerar a realidade dos estudantes como ponto de partida para a aprendizagem de determinado conteúdo histórico. Para isso, o texto didático “deve ter no horizonte perspectivas orientadoras do agir capazes de constituir sentido na vida prática, partindo da própria realidade presente para provocar reflexões sobre as experiências do passado” (MANKE; SILVA, 2022, p. 92-93). Desse modo, o texto didático torna-se um instrumento potencial para a promoção de uma aprendizagem histórica que se relacione com a realidade histórico-social dos estudantes. Ainda de acordo com os autores,

(...) o texto didático converte-se em um importante vetor de ensino e aprendizagem, capaz não apenas de orientar os processos escolares como também de constituir sentido na vida prática, permitindo ao estudante articular as representações do passado à sua própria experiência de vida, ou seja, conciliando a liberdade dos leitores ao

condicionante de sentidos do texto histórico (MANKE; SILVA, 2022 p. 95).

Outro elemento relevante na construção do texto didático, diz respeito a estratégias de controle de sentido e interpretação em elementos que constituem o formato gráfico do texto, tais como a fonte e tamanho das letras, títulos e subtítulos claros e em destaque, cores e demais elementos gráficos. De acordo com Manke e Silva (2022), o posicionamento dos textos e imagens na página, por exemplo, é um elemento caro à construção dos textos didáticos e pode influir diretamente na relação que os leitores irão perceber entre os seus conteúdos.

Além disso, alguns parâmetros são extremamente relevantes na construção de um texto didático. Dentre eles, há destaque ao conteúdo, que precisa ser adequado ao currículo e ter “legibilidade e inteligibilidade apropriados ao público-alvo” (MUNAKATA, 1997). Além do conteúdo propriamente dito, os elementos gráficos, devem seguir uma estrutura de organização adequada à aprendizagem, tendo também o papel de instrumento auxiliar de ensino.

O texto didático de História precisa proporcionar também o letramento histórico (ROCHA, 2020) dos estudantes, sendo compreendido enquanto parte integrante do ensino de História no Ensino Fundamental, fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e críticas, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao ancorar-se na ideia de que a História é um saber necessário para a formação dos estudantes, o ensino de História deve priorizar a conexão entre passado e presente. Essa abordagem busca não apenas transmitir informações sobre períodos históricos, mas também desenvolver um letramento histórico que permita aos estudantes compreenderem o mundo contemporâneo em sua historicidade, complexidade e pluralidade. Assim, tanto professores quanto estudantes devem assumir uma postura historiadora, engajando-se ativamente na investigação, interpretação e reflexão sobre os conteúdos históricos, contribuindo para uma educação mais significativa e crítica.

No contexto do ensino de História, o letramento histórico não se limita apenas à capacidade de ler e escrever textos históricos, mas também implica na habilidade de interpretar e contextualizar informações, bem como na capacidade de utilizar o conhecimento histórico como uma ferramenta de orientação temporal e crítica. Conforme Marcos Silva (2011), o letramento histórico possibilita uma leitura do mundo

no presente, baseada nas experiências humanas do passado, e também embasa uma avaliação das perspectivas de futuro. Portanto, ao desenvolver o letramento histórico, os estudantes adquirem não apenas habilidades de leitura autônoma em contextos sociais diversos, mas também uma compreensão mais profunda e crítica da realidade que os cerca, contribuindo para uma formação mais ampla e cidadã.

Nessa perspectiva, a escrita e aplicação do texto didático envolveu tanto a preocupação com o letramento básico quanto com o letramento histórico dos estudantes do 9º ano, pois observamos durante o Estágio Supervisionado muitas dificuldades básicas de leitura e interpretação de textos em sala de aula, que prejudicava as aprendizagens em História. Nesse sentido, para a aplicação do texto didático em sala de aula buscamos apoio teórico e metodológico na obra de Isabel Solé, “Estratégias de Leitura” (1998), tendo em vista o estímulo à leitura e interpretação de textos em sala de aula.

De acordo com Solé (1998) a leitura deve ser um processo ativo e interativo, onde o leitor mobiliza seus conhecimentos prévios para atribuir significados ao texto. A leitura vai além da simples decodificação de palavras, pois envolve a confirmação ou refutação dos conhecimentos já existentes daquele que lê. Nessa perspectiva, o leitor é um sujeito ativo diante de um texto ao produzir sentidos para aquilo que lê, a partir de suas experiências e conhecimentos prévios. A autora ressalta ainda que

compreender e interpretar textos escritos de diversos tipos com diferentes intenções e objetivos contribui de forma decisiva para a autonomia das pessoas, na medida em que a leitura é um instrumento necessário para que nos manejemos com certas garantias em uma sociedade letrada (SOLÉ, 1998, p. 9).

Nessa perspectiva, para o trabalho de leitura em sala de aula, Solé propõe ensinar a leitura de maneira eficaz a partir de três etapas: antes, durante e depois da leitura. A primeira etapa envolve motivar e preparar os estudantes para a leitura. Solé destaca a importância de estabelecer objetivos claros e ativar o conhecimento prévio relevante para o conteúdo que será lido. Ela sugere perguntas como “O que sei sobre o conteúdo do texto?” e “Que outras coisas sei que possam me ajudar?” (SOLÉ, 1998, p. 100), para incentivá-los a refletir sobre seus conhecimentos anteriores. Além disso, é essencial que os estudantes façam previsões e formulem perguntas sobre o texto, o que ajuda a estabelecer expectativas e preparar o terreno para a leitura.

Na segunda etapa, Solé (1998) defende uma leitura ativa, onde os estudantes são incentivados a fazer perguntas, esclarecer dúvidas, recapitular e prever o conteúdo. Esse engajamento contínuo facilita a compreensão do texto. Ela também assinala a importância da responsabilidade do leitor pelo próprio processo de aprendizagem, destacando que os estudantes devem desenvolver-se como leitores autônomos. A interação constante com o texto durante a leitura mantém os estudantes engajados e contribui para uma compreensão mais profunda.

A terceira etapa foca na recapitulação e resumo do que foi lido. Solé (1998) sugere que os estudantes tenham a oportunidade de identificar a ideia principal do texto, além de elaborar resumos e formular e/ou responder perguntas. Essas atividades ajudam na compreensão do texto e na reflexão crítica sobre o conteúdo lido. A reflexão e a avaliação sobre o que foi lido são fundamentais. Perguntas que exigem inferência e elaboração pessoal ajudam no desenvolvimento de uma leitura crítica e profunda.

Assim, Solé (1998) propõe uma abordagem estruturada e interativa para o ensino da leitura, valorizando a participação ativa dos estudantes e a responsabilidade pelo próprio aprendizado. A leitura é vista não apenas como um fim, mas como um meio para a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas. Metodologicamente, ao dividir o processo de leitura em fases distintas – antes, durante e depois da leitura –, a autora oferece-nos, portanto, um conjunto de orientações que podem ser aplicadas em várias disciplinas, inclusive no ensino de História, pois a aprendizagem da História exige o desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de textos em sala de aula. A aplicação do texto didático em sala de aula, a partir das estratégias de leitura de Solé, se constitui em um momento de experimentação, investigação e reflexão sobre as potencialidades e limites do texto didático e dos procedimentos de leitura no desenvolvimento das aprendizagens em História.

Este artigo está dividido em duas partes: na primeira apresentamos o texto didático, da maneira como foi apresentado aos estudantes em sala de aula (IMAGEM 1, 2 e 3); e na segunda parte descrevemos os procedimentos na aplicação do texto didático em sala de aula e discutimos os seus resultados, atentando para a participação dos estudantes nas questões e debates que lançamos antes, durante e depois da leitura do texto didático.

1. Texto didático

IMAGEM 1: Primeira página do texto didático

Movimento Sufragista e a luta pela conquista do direito ao voto no Brasil

A importância do voto

Por que votar é importante? Você sabia que votar é um direito garantido pela democracia que tem como característica básica a escolha dos governantes pelo povo? Escolhendo nossos representantes, temos o poder de manifestar as nossas vontades!

O voto não é uma novidade no Brasil. Mas quem vota é algo que mudou bastante. Desde o Império (1822), a partir da Constituição de 1824, o voto era baseado na renda e indireto. Nesse contexto, quem tinha direito ao voto eram os considerados “cidadãos ativos”, que seriam homens maiores de 25 anos com renda anual acima de R\$ 100 mil réis. Na Proclamação da República (1889) com a promulgação da Constituição Federal de 1891, o artigo 70 estabelece que são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma de lei.

Somente a partir do Decreto 21.076 de 1932 o direito ao voto foi ampliado, e com o Código Eleitoral de 1932, em seu 2º artigo é estabelecido que: “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, **sem distinção de sexo**, alistado na forma deste código”. “ Porém, luta por esse direito remonta ao século XIX e está diretamente ligada ao esforço feminista pela equiparação de direitos entre homens e mulheres.

Trajetória das mulheres pela conquista ao voto

Até meados de 1870, as mulheres não podiam estudar, menos ainda votar. O voto feminino no Brasil só foi conquistado a partir do Código Eleitoral de 1932.

O direito ao voto feminino foi resultado da luta de muitas mulheres que reivindicavam direitos políticos, pois acreditavam que somente com a participação política que suas vozes e interesses seriam de fato levados a sério, pois o governo teria que “prestar contas” a um eleitorado feminino, assim, o acesso aos direitos políticos era uma etapa essencial à obtenção de garantias com base na lei:

“Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim”
(Abreu, 2002).

Se na sociedade contemporânea em que vivemos os direitos das mulheres são constantemente questionados, imagine como era no século XIX? Historicamente as mulheres foram excluídas do ambiente político, pois o espaço da política estava associado ao homem. Nesse contexto, a mulher era considerada um ser guiado pela emoção, enquanto o homem era comandado pela razão. Assim, apenas os homens estariam aptos para o governo, e a proposta do voto feminino era anárquica, desastrada, fatal. Adversários do voto feminino declaram que, com ele, se teria decretada a dissolução da família brasileira. Veja a seguir, uma imagem de um jornal da época:

O VOTO A'S MULHERES: QUADROS DE FUTURO



O VOTO FEMININO. [Fonte: O Malho, 23/6/1917.]

Fonte: Texto didático produzido pela autora deste artigo.

IMAGEM 2 – Segunda página do texto didático

VOTES FOR WOMEN

Nesse cenário, surge o movimento sufragista como primeira grande onda do feminismo na luta pelo direito ao voto. Esse movimento protagonizado por mulheres começou na Inglaterra do século XIX e se espalhou por diversos países do mundo. No Brasil, algumas personalidades como a cientista Bertha Lutz e a professora Leolinda Daltró, se destacaram na luta pela conquista desse direito.

Bertha Lutz (1894-1976)
Bióloga formada na Universidade de Sorbonne. Liderou uma campanha pioneira pelos direitos da mulher no Brasil.

Leolinda Daltró (1859-1935)
Pioneira do movimento sufragista no Brasil, fundou o Partido Republicano Feminista (PRF) em 1910, na luta pelo direito das mulheres.

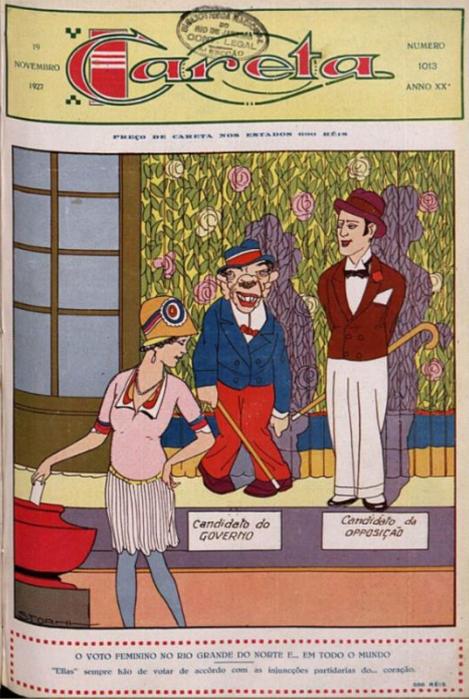
Elas e outras mulheres que lutaram por esse direito, foram extremamente criticadas por grupos conservadores que consideram que a participação feminina na política seria uma ameaça a manutenção da família, já que seriam “emocionalmente influenciáveis” e não capazes de ter opinião própria e raciocínio independente e eram incapazes de compreender assuntos complexos. Não teriam opinião própria, e sem informação política seriam, portanto, levianas e influenciáveis. A capa da revista “Caretta” mostrada abaixo, reforçava esse estereótipo mostrando uma mulher escolhendo o candidato (da oposição) por seus atributos físicos. Veja:

Entretanto, apesar dos discursos contrários, a partir da promulgação do Código Eleitoral em 1932, fruto de reivindicações de grupos feministas como a Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), sob a liderança de Bertha Lutz, além da atuação do Partido Republicano Feminino (PRF), sob a liderança de Leolinda Daltró, as mulheres passaram a ser admitidas e inscrever-se como eleitoras, sob algumas condições:

“poderá votar a mulher solteira sui juris, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita, a viúva em iguais condições e a mulher casada que exerça efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções devidamente autorizadas pelo marido, na forma da Lei Civil.”

(KARAWEJCZYK, 2014, p. 77)

Caretta, n.1013, ano XX, 19 nov 1927.

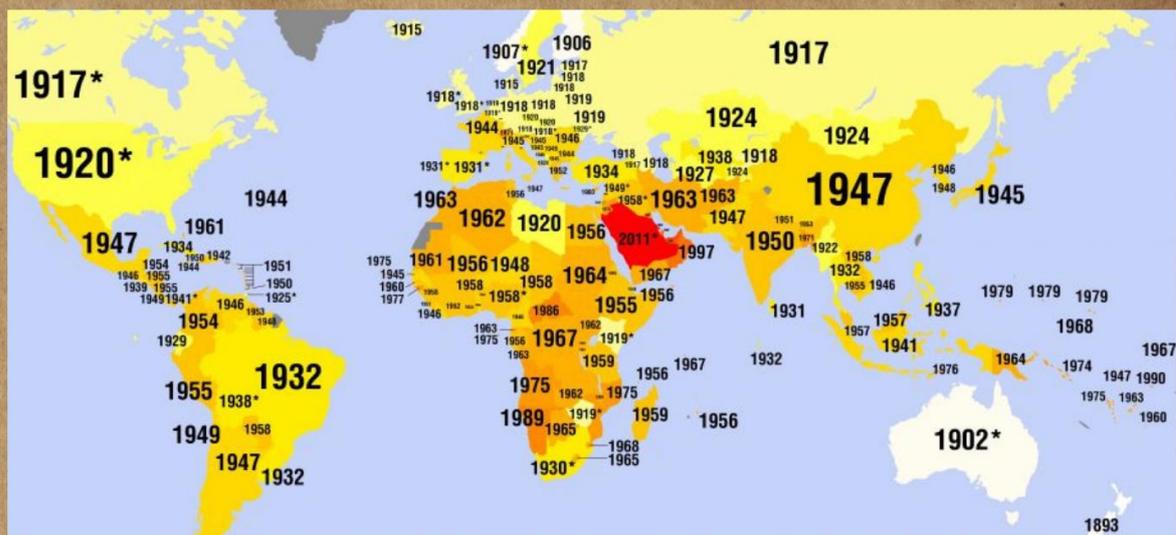


Fonte: Texto didático produzido pela autora deste artigo.

IMAGEM 3 – Terceira página do texto didático

Nesse primeiro momento as mulheres poderiam votar, com algumas limitações. Foi somente a partir do Código Eleitoral de 1965 que houve a equiparação do voto feminino ao masculino.

Apesar de parecer que essa conquista está consolidada, pois a partir a ampliação dos direitos políticos ocorreu em diversas partes do mundo, infelizmente ainda há sub-representação das mulheres nos parlamentos e no poder Executivo, o que demonstra um longo caminho a ser percorrido. A luta ainda não acabou. Apesar da conquista do direito ao voto no Brasil ter ocorrido em 1932, há quase 100 anos, há países como a Arábia Saudita, só possibilitou a participação feminina na política somente a partir de 2015, e ainda com sérias restrições. Veja o mapa da evolução do direito ao voto em alguns países:



Ainda assim, apesar do direito de votar consolidado, as mulheres ainda representam minoria nesses espaços de poder. Basta verificar o resultado das eleições de 2022 no Brasil: somente 91 mulheres foram eleitas deputadas federais, o que corresponde a 17,7% da totalidade das 513 cadeiras disponíveis.

Isso demonstra que a participação política feminina, ainda precisa ser ampliada. Essa desigualdade se reflete em outros setores da sociedade, para além da política. Atualmente, apesar das mulheres possuírem percentualmente maior nível de instrução de que os homens, isso não se reflete em melhores postos de trabalho e salários mais altos. A luta não é somente política, é pela emancipação e contra a opressão do machismo ainda presente na sociedade, mesmo que em trajes disfarçados.



Referências Bibliográficas

- KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. Estudos Ibero-Americanos, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.
- Pensar Contemporâneo. Disponível em: pensarcontemporaneo.com.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O Voto Feminino no Brasil. 2ª edição, Edições Câmara. Brasília, 2019.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de; ALVEAL, Carmen et. Al. Abrealas. O feminismo na virada do século XIX/ XX.
- DOMINGUES, Joelza Ester. Estabelecido o voto feminino no Brasil. Blog: Ensinar História.

Fonte: Texto didático produzido pela autora deste artigo.

2. Aplicação do texto didático e resultados no ensino-aprendizagem da História

A aplicação do texto didático, intitulado “Movimento sufragista e a luta pela conquista do direito ao voto no Brasil”, ocorreu em três turmas do 9º ano do Ensino Fundamental no Centro de Ensino Fundamental 106 do Recanto das Emas, uma escola pública de Brasília. A pesquisa contou com a participação de cerca de 40 estudantes, distribuídos entre três turmas participantes da pesquisa, com faixa etária entre 14 e 15 anos. A aplicação da oficina, com base na metodologia de “estratégias de leitura” propostas por Isabel Solé (1998), teve como principais objetivos de aprendizagem: reconhecer as mulheres como sujeitos históricos de luta e organização política; compreender a importância da luta das mulheres pelos direitos como uma questão contemporânea; discutir o significado e importância do direito ao voto; discutir os significados do feminismo; desenvolver habilidades de leitura ativa e compreensão textual; e desenvolver o letramento histórico¹ para uma leitura de mundo.

A metodologia proposta baseou-se em um conjunto de estratégias delineadas por Isabel Solé em sua obra “Estratégias de Leitura” (1998), que define algumas etapas na aplicação da leitura e discussão do texto didático, dividindo o momento da leitura em três etapas principais: antes, durante e depois da leitura.

Antes da leitura foi realizada uma breve introdução sobre a relevância do tema em questão, destacando que a luta pelos direitos das mulheres é um processo contínuo e atual, com seriedade e importância. Nesse momento, há a ativação dos conhecimentos prévios dos estudantes com perguntas direcionadas: "Para vocês, qual a importância do voto?", "Vocês acham que é importante participar das eleições e escolher os nossos representantes. Por quê?", “Vocês sabiam que até 1932 as mulheres não podiam votar? Na sua opinião, por que elas eram impedidas?” e “Qual a primeira coisa que vem na cabeça de vocês quando escutam a palavra feminismo?”. Essa etapa visou envolver os estudantes e prepará-los para a leitura do texto, estimulando sua curiosidade e relacionando o tema com suas experiências, conhecimentos prévios e discussões contemporâneas.

¹ Segundo Helenice Rocha, o “letramento histórico” tem a particularidade de “provocar nos alunos interpretações cada vez mais fundamentadas e elaboradas de aspectos selecionados do passado como narrativas a partir de evidências e a tomada de conhecimento de outras interpretações, já estabelecidas por historiadores (incluindo autores de textos didáticos e professores). Isso ocorre através de práticas específicas de leitura e escrita em interações que ocorrem na aula de história. Nelas, professores falam, expõem, problematizam tais conhecimentos e atribuem tarefas aos alunos” (2020, p. 283).

Em seguida passamos para a leitura orientada e coletiva do texto didático. Cada estudante recebeu uma cópia colorida do texto e foi responsável por ler um parágrafo em voz alta, destacando os pontos principais e termos desconhecidos. Além disso, foram utilizadas técnicas de leitura ativa, com a formulação de perguntas e elaboração de previsões e identificação de informações relevantes. Essas atividades ajudaram os estudantes a se envolverem mais profundamente com o texto, promovendo uma leitura crítica, participativa e reflexiva.

Depois da leitura, foi realizada uma discussão em grupo sobre as principais ideias do texto. Os estudantes foram convidados a compartilhar suas conclusões em um debate coletivo. Após esse momento de debate, as perguntas feitas lá no início (antes da leitura do texto didático) foram retomadas, para avaliar o que os estudantes haviam aprendido, comparando as respostas dadas antes e depois da leitura. Isso permitiu uma reflexão sobre a importância do que aprenderam de novo na leitura do texto.

A avaliação das aprendizagens foi contínua, observando a participação e o engajamento dos estudantes durante as atividades, bem como suas habilidades de compreensão e discussão do texto didático. A abordagem antes, durante e depois da leitura estruturou a aula de forma que os estudantes pudessem conectar novos conhecimentos com suas experiências anteriores, desenvolvendo habilidades críticas de leitura e interpretação do texto didático.

Durante a abordagem do texto didático em sala de aula buscamos desenvolver uma leitura interativa, em que o leitor usa a leitura de mundo e a leitura de texto para atribuir significado e interpretar significativamente. Solé (1998) enfatiza a importância de atividades que promovam a ativação do conhecimento prévio, a elaboração de previsões e inferências durante a leitura, bem como a realização de atividades reflexivas após a leitura. Nesse sentido, a princípio, a metodologia aplicada no momento anterior à leitura, se concentrou em realizar perguntas gerais, tais como questionar a importância de votar e de escolher os nossos representantes e se algum dos estudantes já havia votado. A partir das primeiras impressões, foi realizada a exploração do conteúdo do texto didático, partindo do geral para o específico. Como bem orienta Solé,

Quanto mais geral e simples for a nova informação, mais simples será esse processo, pois é de se esperar que o estudante possa relacionar seu conhecimento prévio com algo pouco específico, detalhado e

complexo quando já possuir um referencial explicativo sobre o mais geral (1998 p. 110).

Seguindo esse pressuposto, após realizar questionamentos gerais para que os estudantes pudessem se familiarizar com o tema, foram realizadas ainda outras perguntas gerais, mas que já possuíam certa relação com o tema proposto, como por exemplo, se eles sabiam que até o ano de 1932 as mulheres eram impedidas de votar, e quais seriam as razões para esse impedimento, e também o que eles pensavam sobre o feminismo. Essa ativação do conhecimento prévio foi importante na motivação dos estudantes para a leitura e compreensão do texto didático. Nesse sentido, a motivação para a leitura tem um papel importante para que a apropriação do texto seja significativa no aprendizado.

Antes de iniciar a leitura do texto didático falamos também para os estudantes que realizaríamos uma prática de leitura fragmentada, onde cada um seria responsável pela leitura de um parágrafo em voz alta em sala de aula. Após a leitura, os estudantes se concentraram em realizar um debate sobre os temas relacionados ao conteúdo do texto, demonstrando a compreensão de alguns aspectos do texto a partir da recapitulação de ideias, como a importância da luta das mulheres no passado e no presente, e como cada indivíduo também é responsável pelas mudanças sociais. O objetivo foi proporcionar uma experiência de aprendizagem enriquecedora e significativa para os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de um letramento histórico pautado em uma aprendizagem crítica e reflexiva, captando a ideia principal: as mulheres lutaram por seus direitos no passado, e esta é uma luta que ainda não se findou.

A aplicação do texto didático em sala de aula foi realizada de forma gradual e participativa, permitindo que os estudantes se envolvessem ativamente no processo de aprendizagem. Observou-se uma significativa compreensão e interpretação do texto didático por parte dos estudantes, evidenciada pela qualidade e intensidade das discussões em sala de aula.

Abaixo, temos as perguntas e respostas frequentes trazidas pelos estudantes no momento anterior à leitura do texto didático:

1. *Para vocês, qual a importância do voto?*
 - Para ter direitos;

- Não acho que seja importante;
 - Para ter leis;
 - Para ter poder de escolha/ escolher políticos;
 - Para ter democracia;
 - Decidir sobre a nossa vida;
 - Para decidir o futuro;
 - Para participar das eleições;
 - Para que as pessoas não se matem;
2. *Vocês acham que é importante participar das eleições e escolher os nossos representantes. Por quê?*
- Não, pela corrupção/ desonestidade dos políticos;
 - Não, por não considerarem importante;
 - Sim, pela representação/ escolher nossos representantes;
 - Sim, porque antes não era todos que votavam;
 - Sim, para ter leis;
3. *Vocês sabiam que até 1932 as mulheres não podiam votar? Na sua opinião, por que elas eram impedidas?*
- Pelo machismo;
 - Pelos filhos;
 - Porque tinham que cuidar da casa;
 - Por causa dos maridos;
 - Pelo governo da época;
 - Porque tinham que ficar em casa;
 - Porque não se interessavam/ não queriam;
 - Por causa da cultura;
4. *Qual a primeira coisa que vem na cabeça de vocês quando escutam a palavra feminismo?*
- Mulheres lutando;
 - Surto feminino;
 - Mulheres querendo ser homens;
 - Mulheres que querem igualdade;
 - Mulheres inconformadas;
 - Mulheres nervosas;
 - Movimento de mulheres brancas;
 - Mulheres brigando com homens;
 - Mulheres histéricas;
 - Mulheres lutando contra a cultura da época;
 - Mulheres que não respeitam a religião. (Respostas registradas pela autora deste artigo em sala de aula).

Essas primeiras impressões dos estudantes, em resposta às questões colocadas, trouxeram um importante referencial para nossa atuação docente, ajudando a estabelecer um ponto de partida para o trabalho de leitura e discussão do texto didático. A partir disso conseguimos sondar também os estereótipos e preconceitos dos estudantes em

relação às mulheres, ao voto e ao feminismo, pensando em questões posteriores que poderiam desconstruir essas concepções problemáticas.

Já a leitura coletiva de parágrafo a parágrafo do texto didático, acompanhada de interrupções estratégicas para eventuais explicações e observações a respeito do conteúdo, proporcionou aos estudantes uma experiência enriquecedora de empatia histórica, permitindo-lhes compreender melhor o contexto político e as perspectivas da sociedade brasileira no passado e de que maneira essa discussão se relaciona com o contexto presente. Destaca-se também o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e interpretação de fontes históricas, bem como o estímulo ao pensamento reflexivo. A relação que os estudantes estabeleceram com o conteúdo foram variadas, isso porque os estudantes possuem diferentes bagagens e opiniões referente ao assunto colocado. Parte significativa dessas opiniões é baseada em senso comum e em notícias da internet, que ainda reproduzem falas e estigma estereotipados principalmente no que se refere à luta das mulheres por direitos sociais e políticos, muitas vezes em tom “humorístico”. Porém, essa situação varia, pois em contrapartida outros estudantes demonstraram ter certos conhecimentos a respeito do assunto e também preocupação com problemas sociais e lutas políticas.

Após a leitura coletiva e estratégica do texto didático, foram feitas perguntas no mesmo sentido para os estudantes. Segue abaixo as respostas mais frequentes:

Para vocês, qual a importância do voto e de participar das eleições?

- Para ter democracia;
- Exercer cidadania;
- Poder de escolha;
- Expressão de diferentes opiniões;
- Ter direitos garantidos;
- Poder de escolher nossos representantes.

Vocês acham que a participação do movimento das feministas sufragistas foi importante? Por quê?

- Sim, porque sem elas as mulheres ainda estariam apenas cuidando da casa;
- Sim, pois foi a partir da luta dessas mulheres que conseguimos ter algum direito, mesmo que ainda precisamos lutar;
- Sim, porque senão as mulheres demorariam mais a ter direito de votar;
- Sim, pois a partir delas as mulheres têm algum espaço na política;
- Sim, pois ajudou as mulheres a terem cidadania;
- Sim, porque sem elas as mulheres demorariam mais para votar
- Sim pois elas lutaram por elas e por nós;

- Sim, pois as mulheres puderam votar conquistaram espaço e representação;
- Sim, porque elas mostraram que a mulher tem capacidade intelectual
- Sim, porque para a conquista de direitos, elas deram o primeiro passo;
- Sim, porque senão as mulheres ainda estariam em casa

Depois da leitura do material, o que vocês pensam quando escutam a palavra feminismo?

- Luta por direitos
- Luta por igualdade
- Evolução da Sociedade
- Emancipação das mulheres
- Participação das mulheres
- Mulheres inteligentes
- Mulheres lutando por igualdade
- Luta para ser respeitada
- Empoderamento feminino
- Mulheres que não se curvam
- Luta das mulheres
- Mulheres revolucionárias
- Mulheres empoderadas. (Respostas registradas pela autora deste artigo em sala de aula).

Posterior a leitura coletiva do texto e do debate, a participação dos estudantes foi mais efetiva e coerente, houve uma mudança de postura dos estudantes que perceberam o tom sério da discussão. Foram feitos paralelos com o cotidiano e as respostas recebidas após a leitura coletiva demonstraram que eles obtiveram aprendizagens significativas sobre aquele contexto histórico, com o desenvolvimento de um pensamento mais histórico, reflexivo, crítico, sensível e complexo sobre as lutas das mulheres por direitos.

Conclusões

Em suma, o processo de construção e aplicação do texto didático com base nas “estratégias de leitura” de Isabel Solé (1998), evidencia também a importância do desenvolvimento de materiais didáticos e metodologias de ensino adequadas para promover uma aprendizagem significativa (SEFFNER, 2001) na disciplina de História, possibilitando, portanto, o desenvolvimento do letramento histórico entre os estudantes. Esse trabalho buscou evidenciar a importância do uso de textos didáticos elaborados por nós mesmos para o trabalho docente, bem como a utilização de metodologias ativas na

aplicação das atividades, para promover um ensino reflexivo, capacitando os estudantes a compreenderem e analisar criticamente os eventos e processos históricos.

Em relação ao tema escolhido para a elaboração do texto didático, este se mostra para além de relevante e pertinente, alinhado tanto com as diretrizes curriculares, quanto com as demandas sociais contemporâneas por uma educação mais inclusiva e crítica, que visa não apenas transmitir informações, mas também desenvolver o pensamento histórico dos estudantes.

O processo de aplicação prática do texto didático na escola, apesar de limitada e experimental revelou resultados promissores, evidenciando a priori uma notável na compreensão e interpretação de textos por parte dos estudantes. Através de uma abordagem gradual e participativa, os estudantes puderam também se envolver ativamente no processo de aprendizagem, refletindo sobre questões históricas e contemporâneas relacionadas à luta das mulheres pelos direitos políticos e sobre aspectos ligados à sua própria realidade social.

Embora o trabalho tenha se mostrado eficaz na aplicação de estratégias de leitura e na promoção de uma compreensão crítica da luta pelo direito ao voto das mulheres no Brasil, reconhece-se que há limitações, como por exemplo, a falta de perspectivas interseccionais, particularmente no que tange às questões de raça, relacionando-as com a questão de gênero. A análise concentrou-se predominantemente na dimensão de gênero da luta sufragista, sem explorar como fatores como raça e classe social também influenciaram a participação e as experiências das mulheres nesse movimento. A interseccionalidade, que aborda como múltiplas identidades e formas de opressão se inter-relacionam, poderia ter proporcionado uma compreensão mais rica e completa das barreiras enfrentadas por mulheres de diferentes origens raciais e sociais. Ao não integrar essas dimensões, o trabalho pode ter deixado de considerar a diversidade das experiências das mulheres e a complexidade das lutas por direitos, limitando a profundidade da análise histórica e a relevância do conteúdo para todos os segmentos da população estudantil.

Por fim, é importante ressaltar que esse trabalho de aplicação e produção de textos didáticos em sala de aula requer um processo contínuo de pesquisa, reflexão e adaptação às necessidades específicas dos estudantes e às demandas do contexto educacional. Além disso, o desenvolvimento do letramento histórico dos estudantes

exige um esforço conjunto por parte dos professores das instituições de ensino e da sociedade como um todo, visando garantir o acesso equitativo ao conhecimento histórico de forma plural e democrática, fazendo da educação uma ferramenta inclusiva, democrática e comprometida com a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Educação é a Base*. Brasília: MEC, 2018 (História, pp. 397-433, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pp. 531-579).

DE MELO, Hildete Pereira. Partido Republicano Feminino. *Revista Historia De La Educacion Latinoamericana*, v. 18, n. 26, p. 315-321, 2016.

DOMINGUES, Joelza Ester. Estabelecido o voto feminino no Brasil. *Blog: Ensinar História*. Disponível em <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/estabelecido-o-voto-feminino-no-brasil/>. Acessado em 22 de jun. 2024.

GARCIA, Carla Cristina. Breve histórico do movimento feminista no Brasil. Clase abierta “El movimiento feminista brasileño” em Facultad Latinoamericana, 2015.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre - RS, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

MANKE, Lisiane S.; SILVA, Fábio Alexandre da. O texto didático: da escrita à mediação da leitura. In: SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus (Orgs.). *Oficinas de História: Desafios do ensino em tempos de pandemia*. Aracajú: Criação Editora, 2022, v. 1, p. 5-317.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O Voto Feminino no Brasil*. 2ª edição, Edições Câmara. Brasília, 2019.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; ALVEAL, Carmen. *Abrealas*. O feminismo na virada do século XIX/ XX. Rio de Janeiro: Redeh/Arte sem Fronteiras, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 223 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em História e Filosofia da Educação, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. e58426, 2019.

ROCHA, Helenice Bastos. Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 275–301, 2020. DOI: 10.22228/rtf.v13i2.1061. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1061>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SEFFNER, Fernando. Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula. *Revista História (UNICRUZ)*, Cruz Alta / RS, v. 2, p. 18-23, 2001.

SILVA, Marco Antônio. Letramento no ensino de história. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 2237-8871.2011, 2011.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, **Ana Karoliny Aguiar Rodrigues**, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**Movimento sufragista feminino no Brasil: texto didático e estratégias de leitura no ensino de História**” foi integralmente por mim redigido e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico”.

Ana Karoliny Aguiar Rodrigues

Assinatura da estudante